

Sexta-Feira, 26 de Junho de 2026

'Braga Netto e Wajngarten tentaram obter conteúdo de depoimentos', diz Cid

DELAÇÃO

g1

O tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL), disse que o ex-ministro general Braga Netto e o advogado Fabio Wajngarten **tentaram obter informações privilegiadas** sobre os primeiros depoimentos que ele prestou no âmbito do acordo de delação premiada com a Polícia Federal.

Segundo Cid, ambos fizeram contato com familiares dele, incluindo a esposa e o pai. A informação consta em vídeo gravado em 5 de dezembro de 2024, durante outro depoimento prestado pelo tenente-coronel à PF.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes tornou públicos vídeos da delação premiada de Cid nesta quinta-feira (20).

Contudo, a gravação que implica Braga Netto e Fabio Wajngarten, que foi secretário de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), só foi disponibilizado pelo STF nesta sexta-feira (21) — embora não estivesse mais sob sigilo.

A transcrição desse mesmo depoimento já tinha sido divulgada nesta quarta-feira (19), quando Moraes derrubou o sigilo do documento sobre o caso.

"Basicamente isso aconteceu logo depois da minha soltura, quando eu fiz a colaboração naquele período, onde não só ele [Braga Netto] como outros intermediários tentaram saber o que eu tinha falado", afirmou Cid na ocasião.

"Fazia um contato com o meu pai [general Mauro Lourena Cid], tentavam ver o que eu tinha, se realmente eu tinha colaborado, porque a imprensa estava falando muita coisa, ele não era oficial, e tentando entender o que eu tinha falado", prosseguiu.

A defesa de Braga Netto, inclusive, pediu oficialmente ao STF acesso ao teor da delação premiada — o que foi negado pela Corte.

Cid citou ainda o nome do ex-secretário de Comunicação da Presidência entre as pessoas que tentavam conseguir os dados.

"Outros que tentaram fazer contato com meu pai foi o Fabio Wajngarten. Ele tentou até ligar para minha esposa também, eu acho, para saber o que eu tinha falado", afirmou o tenente-coronel.

Questionado se Wajngarten também tinha feito contato com o general Mauro Lourena Cid, pai dele, Mauro Cid respondeu positivamente.

"Isso, isso. Para entender o que eu tinha falado, como estava funcionando o acordo de colaboração", responde o ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro.

Cid foi ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro ao longo de quase todo o mandato. Ele firmou delação premiada com a Polícia Federal para prestar informações em diversos inquéritos, incluindo o da tentativa de golpe de Estado.

Na terça-feira (18), a Procuradoria-Geral da República denunciou Jair Bolsonaro e outros 33 suspeitos de terem arquitetado uma tentativa de golpe entre 2021 e janeiro de 2023 para impedir a derrota de Bolsonaro nas urnas e a posse de Luiz Inácio Lula da Silva.

O sigilo da delação de Mauro Cid foi derrubado pelo relator dos inquéritos, Alexandre de Moraes, nesta quarta.

Sigilo derrubado

O ministro derrubou na quarta (19) o sigilo do acordo de delação premiada firmado em 2024 pela Polícia Federal com o tenente-coronel.

Na mesma decisão, Moraes abriu prazo de 15 dias para que os 34 denunciados pela Procuradoria-Geral da República nesta terça-feira (18) apresentem suas defesas por escrito.

Com a decisão, o conteúdo dos depoimentos de Mauro Cid se tornaram público. A derrubada do sigilo tinha sido adiantada pelo jornalista César Tralli, da TV Globo, no início da manhã de quarta.

"Ocorre que, no presente momento processual, uma vez oferecida a denúncia pelo procurador-geral da República, para garantia do contraditório e da ampla defesa [...] não há mais necessidade da manutenção desse sigilo, devendo ser garantido aos denunciados e aos seus advogados total e amplo acesso a todos os termos da colaboração premiada", diz Moraes.

O acordo previa que Cid desse detalhes aos investigadores sobre suspeitas de crimes cometidos por ele e por pessoas em seu entorno ao longo do governo – em investigações como a da tentativa de golpe de Estado, das joias trazidas da Arábia Saudita e da suposta fraude nos cartões de vacinação, por exemplo.

Se as informações prestadas por Cid forem confirmadas pela investigação, ele pode receber benefícios como a redução da pena e o cumprimento de condenações em regime aberto, por exemplo.